

Serviço Religioso a bordo da Nau *D. João VI*. Conforme Smith e Ferrez, as únicas reproduções conhecidas do interior de embarcações portuguesas de guerra do início do século XIX, são aquelas de Franz Fruhbeck, retratando a Nau *D. João VI*, na qual a Arquiduquesa Leopoldina veio para o Brasil em 1817. Para que se tenha uma idéia, ainda que pálida, dos navios da Transmigração, optamos por reproduzi-las, assinalando, porém, que a *D. João VI* fora construída posteriormente, em 1816, e as larguezas visíveis não ocorreriam com uma multidão a bordo.*

A TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL

CONTINUAÇÃO

LUÍS CLÁUDIO PEREIRA LEIVAS
Sociólogo — Perito Fundiário

LEVY SCAVARDA
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

Em 15 de novembro de 1803, D. Rodrigo pedia ao Príncipe Regente a sua demissão também da Presidência do Real Erário, por não se achar depositário da confiança régia, e vendo que todas as propostas não mereciam a Real Aprovação. Discordava o previdente ministro da alienação de bens pela Coroa, assim como a concessão de graças com ônus pecuniários para o Estado, no momento em que mais

se impunha uma economia severa. Por outro lado, diversos projetos de lei econômicos sequer foram apreciados pelo Governo. A demissão foi concedida, e retirou-se até a crise de 1807.⁵⁷

* In: SMITH, Robert. C. e FERREZ, Gilberto. *Franz Fruhbeck's Brazilian Journey*. University of Pennsylvania Press. Hispanic Society of America. 1960. p. 52 e 79.

A Operação Naval

POLÍTICA DE NEUTRALIDADE

As Pressões Inglesas — Trafalgar

Em 1803, estouraram de novo as hostilidades entre a França e Inglaterra. A importância do teatro de operações do Mediterrâneo fez com que em maio desse ano, Nélsou assumisse o comando da esquadra inglesa local, passando a bloquear os franceses no Porto de Toulon.⁵⁸

Os portos da costa lusa tornavam-se cada vez mais necessários aos britânicos, por suas facilidades de escala e abastecimento. Em contrapartida, aumentavam as pressões francesas, fazendo com que fosse celebrada a Convenção de 12 de março de 1804, obrigando os lusos a pagar um subsídio mensal à França, a partir retrospectivamente de 1º de dezembro de 1803.⁵⁹

O Gabinete Inglês preocupava-se com a atitude a ser adotada pelo Governo Português. Em 4 de abril de 1805, Antônio de Araújo, o futuro Conde da Barca, respondia a Lorde Mulgrave, que:

- O Governo luso procuraria manter-se neutro, mesmo através das contribuições pecuniárias, até onde fosse possível;
- quanto às forças mobilizáveis, Portugal achava por bem reduzir o Exército, "... para facilitar o restabelecimento da disciplina e melhorar suas finanças." A maior parte dos licenciados ou era incapaz para o serviço, ou composta de recrutas, sempre prontos a desertar, e cuja mão-de-obra faltava na lavoura. Havia entretanto 30 mil homens em armas e a milícia; e
- em caso de guerra, seriam convocados para o comando o Marechal Conde de Vioménil e o Conde de Goltz.

Tecendo comentários sobre os boatos que se entrecruzavam, o diplomata português justificava a ansiedade de sua corte em saber se os ingleses poderiam e estariam dispostos a socorrer Lisboa em caso de guerra, terminando por assegurar a lealdade e aliança de seu governo a S.M. Britânica.⁶⁰

No mar, a frota francesa de Toulon conseguira reunir-se à espanhola, seguindo até as Índias Ocidentais e regressando à Europa. Em 21 de outubro de 1805, foram

derrotadas pela esquadra de Nélsou, em Trafalgar, afirmando totalmente o controle do mar pelos britânicos.⁶¹

A PAZ DE TILSIT

Campanha de Copenhague

As operações ofensivas de Nélsou contra os dinamarqueses em abril de 1801; as campanhas coloniais; as derrotas navais da França; as invasões de Popham, Auchmuty e Whitelocke no Prata em 1806 e 1807, demonstravam aos olhos do mundo a capacidade ofensiva da *Royal Navy*. Pela paz de Tilsit, de 8 de julho de 1807 a Rússia aliou-se à política francesa, assegurando a Napoleão a liberdade de ação para atacar o Oeste Europeu. O imediato fruto foi a pressão sobre Portugal.⁶²

Em 29 de julho de 1807, o Governo Francês comunicava ao Embaixador Português em Paris, D. Lourenço de Lima, as imposições napoleônicas:

- Fechamento dos portos lusos aos navios britânicos;
- declaração de guerra contra a Grã-Bretanha;
- reunião das forças navais portuguesas às esquadras franco-espanholas;
- expulsão do Ministro Inglês em Lisboa;
- regresso do Ministro Português em Londres; e
- prisão dos ingleses que se encontravam em Portugal, como reféns, confiscando os seus bens.⁶³

A 19 de agosto, reunira-se o Conselho de Estado Português, e comentando a 21 o que acontecera, D. João de Almeida de Melo de Castro pede seja considerada a segurança pessoal do Regente, levando-se em conta "... o modo e disposições que a V. A.R. parecerem mais acertadas e conducentes para transferir em segurança a sua tendência para aquele dos seus vastos domínios que V.A.R. julgar mais próprios..."⁶⁴

Enquanto isso, alarmada pelos efeitos da Paz de Tilsit no Báltico, a Inglaterra enviou o Almirante Gambier, à Dinamarca, para exigir a entrega dos arsenais e da Frota dinamarquesa, por negociações (que duraram até o fim de agosto) ou pela força, se necessário.⁶⁵

A 26 de agosto de 1807, em vista das pressões francesas, foi resolvido pelo Con-

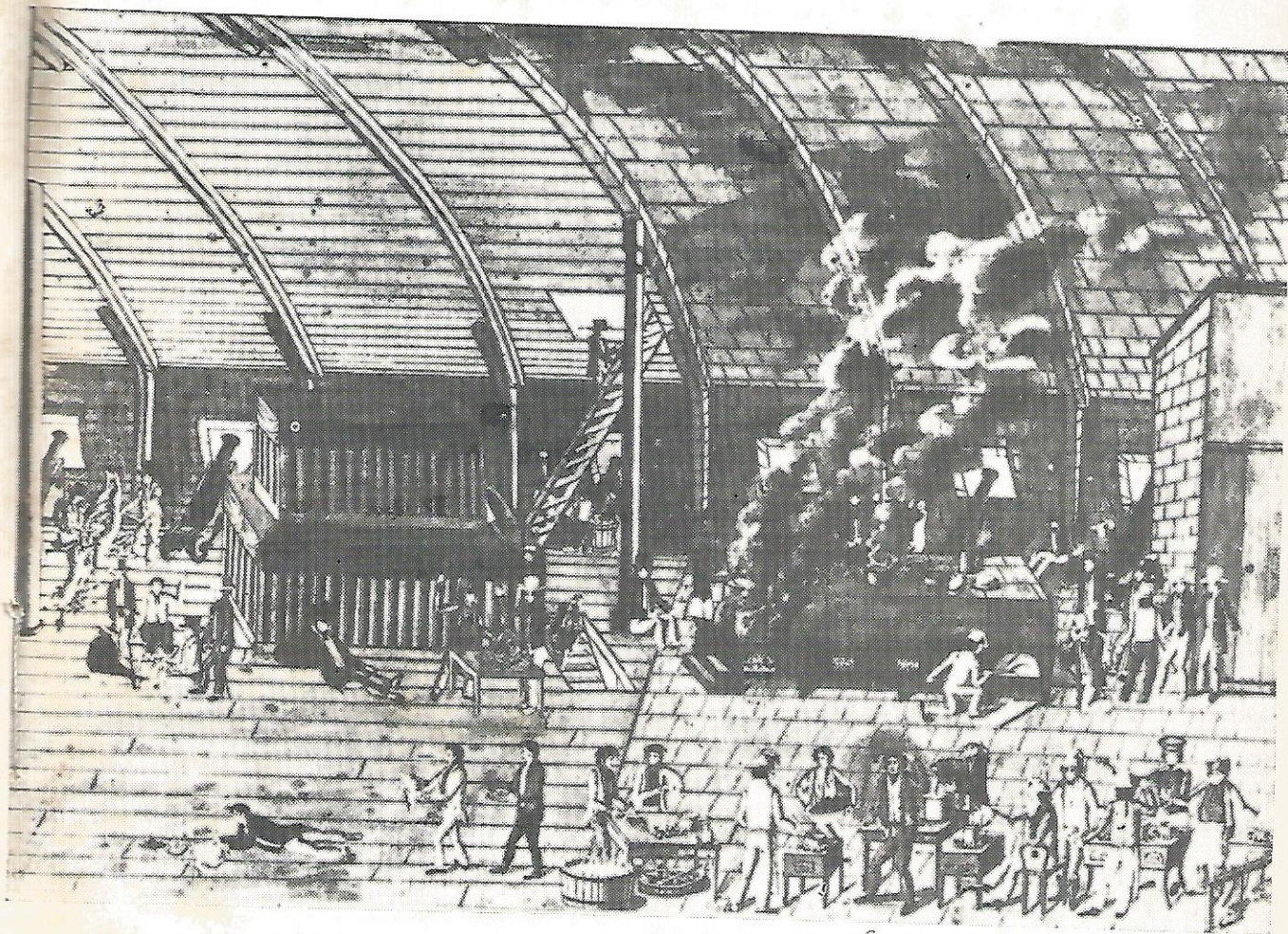
selho de Estado Português a conveniência de se enviar o Príncipe da Beira, com uma das infantas, para o Brasil, "... e que para este fim, assim como para preparar a retirada de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor no caso eventual de o dever assim executar, se devia logo ordenar o maior armamento marítimo possível, e darem-se ao mesmo efeito as Reais Ordens necessárias, tanto pela Repartição da Marinha, como da Fazenda."⁶⁶

Em outra reunião, de 2 de setembro, foi parecer unânime de que deveria partir o Príncipe da Beira, e não o Infante D. Miguel; as disposições tendentes à transferência deveriam ser aceleradas, bem como repelidas as pretensões de enviar tropas francesas ou espanholas a Portugal.⁶⁷ Pouco

depois, chegavam as notícias do bombardeio e capitulação de Copenhague a 7 de setembro, frente aos britânicos, que se aposaram do Arsenal e Esquadra dinamarquesa.⁶⁸

A Convenção Luso-Britânica

Preparando-se para o pior, em vista da crescente pressão francesa, era baixada em 27 de setembro credencial para que o Embaixador em Londres, D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, firmasse com a Grã-Bretanha uma Convenção, "... com o fim de conservar intacta a esta Monarquia a referida Ilha da Madeira e as mais Possessões Ultramarinas."⁶⁹



A cozinha e o preparo de refeições a bordo da *D. João VI*. In SMITH e FERREZ, op. cit. p. 54 e 81.

Conforme decidido, a 29 de setembro o Visconde de Anadia comunicava ao Príncipe Regente estarem prontas para se fazerem

de vela, quando ordenado, as Naus *Afonso de Albuquerque* e *D. João de Castro*, a Fragata *Urânia* e o Brigue *Voador*, que

seriam objeto de uma última e pessoal inspeção, para que se lhes faltasse algo, "... ser logo tudo providenciado".⁷⁰

O Ministro da Marinha passava a comparecer sempre à Ribeira, providenciando o aprestamento das naus com o pessoal da Intendência, Fazenda e Armada, visto que o Almirante Pedro de Mariz de Sousa Sarmiento vendera a tonelada da Esquadra sem autorização, por achar vantajoso o preço oferecido por particulares.⁷¹

O Incidente de Fontainebleau

A 15 de outubro de 1807, ocorreu o célebre Incidente de Fontainebleau, onde o Embaixador Português em França, D. Lourenço de Lima, recebeu de Bonaparte a afirmativa, perante o Corpo Diplomático, do fim da Casa de Bragança, se não se aliasse à França.⁷² Em 22, o Ministro francês Champagny comunicou formalmente ao diplomata luso, Fernando José Antônio Álvares, a declaração de guerra a Portugal.⁷³

Por volta de 9 de outubro, haviam entrado em Lisboa as Naus *Vasco da Gama* e *Rainha de Portugal*, e as Fragatas *Minerva* e *Princesa do Brasil*, reunindo-se àquelas prontas para levar o Príncipe da Beira ao Brasil.⁷⁴ Tão logo fundearam, a 11 de outubro, o Ministro Inglês em Portugal, Strangford, enviou nota a Antônio de Araújo, sugerindo em termos de ultimato que a totalidade da Marinha de Guerra Portuguesa passasse ao Brasil com D. Pedro, agora que estava reunida, ou a um porto inglês. O exemplo de Copenhague demonstrava as intenções de Sua Majestade Britânica em "... não consentir jamais que as forças navais das potências neutras engrossassem aquelas de seus inimigos." Para o aprovisionamento, observava que "... há sempre nas mãos do Comissário Inglês em Lisboa um estoque de tudo que fosse necessário a expedições navais, e que poderia ser utilizado à vontade pela Corte Portuguesa."⁷⁵

A 17 de outubro, respondia Antônio de Araújo que a Coroa não podia atender ao solicitado, primeiro, "... porque deve haver todo o preparo desta natureza para Sua Alteza Real se retirar no caso de uma irrupção em Portugal, ou de entrarem guarnições estrangeiras nos seus portos debaixo do pretexto de amizade; segundo, porque logo que os franceses vissem esta disposição, não deixariam de obrar hostilmente contra Portugal... Espera Sua Alteza Real que no

caso da retirada com a sua Real Família e com as riquezas do Estado haja Sua Majestade Britânica de auxiliá-la como lhe tem prometido, não o privando do decoro de partir na sua própria Marinha."⁷⁶

Em 19 de outubro, o Ministro Antônio de Araújo comunicava a seu embaixador em Londres o andamento da situação, inclusive anexando a nota de Strangford e a resposta, já citados, afirmando que quanto à partida do Príncipe Regente, já prevista, "... S. Alteza Real nem há por desertar por terror pânico, o que já assustou o povo desta Capital, suspeitando que ele se dispunha a partir, nem também há de esperar o último perigo, arriscando-se a haver ventos contrários que obstem à saída deste Porto. Este é o único meio para a viagem, e não o de perder a estação própria para ela, como diz na sua nota Mr. Canning porque em todo o tempo, como V. S^a sabe, se navega igualmente bem para o Brasil. Já se ordenou que as pratas das Igrejas, e outros artigos de valor fossem transportadas a depósitos, a fim de estarem prontos a todo o acontecimento." Seria oportuno que a Esquadra Inglesa que cruzasse perto de Lisboa tivesse instruções, segundo prometido pelo Gabinete Britânico, para proteger a retirada do Príncipe Regente e todos os vasos que o desejassem. Deveria ainda o diplomata luso comunicar a contingência do fechamento em breve dos portos, para que os ingleses solicitassem a sua revogação.⁷⁷

A população de Lisboa ficava cada vez mais temerosa dos acontecimentos, e muitos já buscavam embarcações para passar ao Brasil. Havia entretanto poucas embarcações de transporte, enquanto que "... as naus continuavam a preparar-se com grande pressa e todas as disposições indicam alguma coisa de embarque."⁷⁸

A 22 de outubro, era assinada em Londres uma Convenção Secreta, entre a Inglaterra e Portugal, estabelecendo:

- Garantia de segurança da Ilha da Madeira e Domínios Ultramarinos;
- auxílio britânico à transferência de um príncipe ou da Casa de Bragança para o Brasil, para o que seriam enviados desde já seis navios de linha à costa Portuguesa;
- ocupação da Ilha da Madeira pelos ingleses, se os portos lusos lhes fossem fechados;

- em nenhum caso seriam entregues à França navios de guerra ou mercantes lusos. No caso da Transmigração, o Príncipe Regente comprometia-se a trazer toda a Marinha, de guerra ou mercante, equipada ou não, ou transferi-la em depósito à Inglaterra, de onde seriam enviadas em segurança ao Brasil;
- nenhum príncipe ou herdeiro seria reconhecido pela Inglaterra, enquanto o Regente D. João estivesse no Brasil;
- assim que o Governo Português estivesse estabelecido no Brasil, seria negociado um Tratado de Aliança e Comércio com a Inglaterra;
- a Convenção seria secreta e no caso em que os portos portugueses fossem fechados, seria estabelecido um porto livre para os ingleses na Ilha de Santa Catarina ou outro local da Costa do Brasil, para venda de manufaturados "... pagando os mesmos direitos que atualmente se pagam sobre os mesmos artigos nos Portos de Portugal, até novo acordo" (firmado com reservas pelo Ministro Português); e
- no momento em que os portos portugueses fossem fechados aos navios ingleses e enquanto durasse esse estado de coisas, os tratados existentes entre a Inglaterra e Portugal deveriam ser suspensos, na parte em que concediam ao Pavilhão Luso privilégios e isenções que outras nações não gozavam, e que não faziam parte de uma atitude neutral (também firmado com reservas).⁷⁹

RUMO AO BRASIL

Partição de Portugal

Aos trancos e barrancos, a Esquadra era pouco a pouco aprestada pelo Visconde de Anadia, "... indo todos os dias ao Arsenal." Mesmo assim, por força dos boatos e problemas da administração, o ritmo dos trabalhos era variável.⁸⁰ A 27 de outubro, Napoleão firmou em Fontainebleau os documentos que serviriam de base a um futuro desmembramento de Portugal:

- As províncias entre o Douro e o Minho formariam a Lusitânia Setentrional, destinada à Rainha Regente da Etrúria, em troca da Toscana;
- Alentejo e Algarve — para o Ministro Espanhol Godoy, que passaria a ser Príncipe dos Algarves; e

— as Províncias da Beira, Trás os Montes e Estremadura seriam seqüestradas, até a paz geral, para o uso exigido pelas circunstâncias, partilhando Espanha e França o Ultramar.⁸¹

D. Lourenço de Lima chegou a Lisboa a 1º de novembro, com a notícia vivida do Incidente de Fontainebleau⁸² A 8, o Conselho de Estado, tomando conhecimento da declaração de guerra feita pela Espanha, também a 1º de novembro, decidiu entre medidas apaziguadoras fosse terminado o apresto dos navios de guerra para o transporte da Família Real para o Brasil em último caso,⁸³ faltavam inclusive marinheiros, por causa dos comboios e da interrupção do Comércio.⁸⁴ Para aumentar a confusão, por volta de 11 de novembro, entraram em Lisboa onze embarcações russas vindas do Mediterrâneo, comandadas pelo Almirante Seniavin, dando lugar a que se pensasse que vinham cooperar com as tropas francesas. Nesta mesma data, eram publicadas no *Moniteur* as disposições dos Tratados de Fontainebleau, as quais foram rapidamente enviadas a Lisboa pelo Embaixador de Portugal em Londres.⁸⁵

Junot e Sidney Smith

A 20 de novembro, as tropas do General Junot entraram em Portugal, e a 22, chegava a esquadra de Sir Sidney Smith, a pairar ao largo, bloqueando o Tejo.⁸⁶ A 24, o Conselho de Estado decidia que "se não devia perder um só instante em acelerar o embarque de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor e de toda a Real Família para o Brasil." Seria constituída em Portugal uma Regência e acertadas as providências necessárias com o Almirante inglês e Strangford.⁸⁷

Embarques e Travessia

A 25, iniciou-se o embarque e o Marquês de Vagos ordenava ao Conde de Redondo, Administrador Real da Ucharia, que embarcasse as provisões nessa noite, para que de madrugada o Príncipe Regente pudesse subir a bordo.⁸⁸ Parece-nos, à vista dos acontecimentos, que estão certos aqueles que concebem a preparação prévia desse embarque. Não se compreende a minúcia de certos salvamentos, como o da documentação náutica por José Maria Dantas Pereira,⁸⁹ ou dos Arquivos do Reino, sem que houvesse um plano traçado.⁹⁰ Ocorreu, isto

sim, o tumulto de última hora, quando o Príncipe resolveu permitir a vinda de todos os nobres e empregados que o desejassem acompanhar: o que se pensava fazer com um grupo, foi feito com uma multidão, quando a notícia ganhou as ruas de forma repentina. O genro e a filha dos Condes da Cunha, por exemplo, tinham ajustado o destino de seus objetos, enquanto iam para o Bulhaco; sabendo da viagem, encaixotaram tudo para embarcar, como o Príncipe e a maior parte dos fidalgos, "... tudo está

em desordem e é uma confusão que ninguém se entende..."⁹¹

A divisão naval, pronta desde 29 de setembro, teve outras embarcações agregadas, à medida que chegavam. O simples convocá-las, revelava a premeditação da viagem e somos de opinião que dentro das dificuldades da época, a Intendência da Marinha de Lisboa procurou fornecer o provisionamento e manutenção necessários, assegurando a transferência do aparato estatal. A 27 o Príncipe embarcou, e a 28

NECESSIDADES LOGÍSTICAS DA ESQUADRA

<i>"Rainha de Portugal</i>	— precisa de 27 tonéis d'água, pois os tem vazios;
<i>Fragata Minerva</i>	— tem só 60 tonéis d'água;
<i>Conde Henrique</i>	— tem 21 tonéis d'água vazios: precisa de botica que não tem;
<i>Golfinho</i>	— tem seis tonéis vazios: faltam boticas, galinhas e lenha;
<i>Urânia</i>	— falta lenha;
<i>Vingança</i>	— faltam água e lenha;
<i>Príncipe Real</i>	— precisa de uma botica, galinhas, cabo, cera, 20 tonéis d'água, merlim, a linha da barca e lenha;
<i>Voador</i>	— faltam três tonéis d'água;
<i>Príncipe do Brasil</i>	— falta azeite, cera, cabo, 30 tonéis d'água e lenha da barca.

N.B. — Não faltava esta relação nas mais embarcações, seis vieram, que foram *Medusa, D. João de Castro, Martim de Freitas e Afonso.*"⁹²

perguntava aos Comandantes se estavam prontos, recebendo relações do que faltava, e baixando decreto para esse fim, que foi enviado pelo Visconde de Anadia a Tomás Antônio de Vilanova Portugal, para executar de comum acordo com José Joaquim de Azevedo e o Intendente dos Armazéns Januário Antônio Lopes da Silva.

A venda da tonelada pelo Almirante Sarmiento; a perturbação do apresto, pela necessidade aparente de afirmar a permanência e por rumores de traição atribuída ao Ministro da Marinha; o pânico repentino e a confusão, quando se divulgou o embarque, tudo fazia difícil as planejadas medidas de provisionamento. Uma testemunha contemporânea, João Pedro da Veiga, afirmou muito mais tarde ao botânico Freire Allemão que a Corte de Lisboa, receando perder o Brasil, tinha determinado mandar o Príncipe Herdeiro com o título de Condestável do Brasil para o governar, acompanhado de um Conselho, em que entrava D. Fernando, um Camarista do Príncipe e

outro fidalgo. Que constando isso ao Governo Francês, este mandou logo um expresso declarando ao Governo de Portugal que logo que o Príncipe partisse para o Brasil se lhe declarava guerra. À vista de que, o Governo Português fez logo desembarcar tudo quanto já estava a bordo para a viagem do Príncipe; vira em pessoa o Decreto (da Proclamação?) do Príncipe Herdeiro.⁹³

Segundo Strangford, "Lisboa achava-se em estado de grande descontentamento, difícil de descrever. Bandos de pessoas armadas e desconhecidas rondavam as ruas em absoluto silêncio, sem terem em vista nenhum fim permitido ou claro; tudo parecia indicar que se a partida do Príncipe Regente não se realizasse imediatamente, seria adiada por efeito de revoltas populares, até tornar-se impossível por causa da entrada dos franceses."⁹⁴ O Visconde do Rio Seco foi assaltado pela multidão, só se livrou dos populares garantindo que ficaria

no Reino e apenas mais tarde pôde, em surdina, embarcar com os seus.⁹⁵

Assim, não é estranhável que a relação de municiação e os expedientes que a encaminhavam não surtiram efeito, só tendo chegado às mãos de Tomás Antônio Vilanova Portugal no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1808, vindos de Portugal por um Correio.⁹⁶

Tudo se tumultuava; o que se conseguira preparar, graças a Anadia, ao pessoal do Arsenal, Contadoria e Intendência, não suportava aquela multidão embarcada. A 29, o Príncipe zarpu, sem ser incomodado pela Esquadra Russa e seguiu para o Brasil, comboiado pela *Royal Navy*, que também forneceu elementos de provisionamento e

manutenção, "... pois em matéria de estiva as faltas foram desastrosas... Quando foi anunciado o embarque não estavam a bordo nem comedorias salgadas nem o suprimento suficiente de bolacha. Recebeu-se farinha à última hora."⁹⁷

A 22 de janeiro de 1808, suportando a multidão as deficiências logísticas do melhor ou pior modo, chegou o Príncipe a Salvador, e a 7 de março ao Rio de Janeiro, sendo recebido fora da barra, sendo o primeiro habitante da Leal Cidade a dar-lhe boas vindas, o Chefe José Caetano de Lima, Intendente da Marinha do Rio de Janeiro.

Era a repartição logístico-fazendária naval, a penitenciar-se da confusão da partida, desvelando-se no alojamento e instalação da Corte no Brasil... (continua)

FORÇA NAVAL PORTUGUESA DE 1793 A 1800

NAUS	FRAGATAS	BERGANTINS
<i>Conceição ou Príncipe Real</i> <i>Maria I</i> <i>Vasco da Gama</i> <i>Rainha de Portugal</i> <i>Bonsucesso</i> <i>Santo Antônio ou D. Pedro</i> <i>Carlos</i> <i>Medusa</i> <i>São Sebastião</i> <i>São José e Mercês</i> <i>Ajuda ou Princesa do Brasil</i> <i>Pilar ou Conde D. Henrique</i> <i>Afonso de Albuquerque</i> <i>Conceição e Santo Antônio</i> <i>Senhora do Monte do Carmo</i> <i>D. João de Castro</i>	<i>Ulisses</i> <i>Fênix</i> <i>Vênus</i> <i>Princesa do Brasil</i> <i>São Rafael</i> <i>Cisne</i> <i>Minerva</i> <i>Tritão</i> <i>S. João Príncipe</i> <i>Carlota</i> <i>Tétis</i> <i>Golfinho</i> <i>Andorinha</i> <i>Aívo</i> <i>Vitória</i> <i>Amazona</i>	<i>Serpente</i> <i>Voador</i> <i>Falcão</i> <i>Lebre</i> <i>Galgo</i> <i>Gaivota do Mar</i> <i>Diligente</i> <i>Europa</i> <i>Mercúrio</i> <i>Gavião</i> <i>Caçador</i> <i>Sen: Nome</i> <i>Do Porto</i>

"Destes navios nem todos foram rigorosamente contemporâneos. Alguns foram saindo dos estaleiros, enquanto outros se iam inutilizando para o serviço."⁹⁸

NOTAS:

1. LATINO COELHO, J. M. *História militar e política de Portugal...* v. 2, p. 151-61.

2. ———. *História militar e política de Portugal...* v. 2, p. 164, rodapé.

3. CHURCHILL, Winston. France confronted. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 14, p. 2481-3.

4. LATINO COELHO, J. M. *História militar e política de Portugal...* v. 2, p. 172-4.

5. ———. *História militar e política de Portugal...* v. 2, p. 221-3.

6. ———. *História militar e política de Portugal...* v. 2, p. 226-7.

7. ———. *História militar e política de Portugal...* v. 2, p. 245-57.

8. CHURCHILL, Winston. France confronted. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 14, p. 2481-84.

9. LATINO COELHO, J. M. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 272-3.
10. CHURCHILL, Winston. France confront. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 14, p. 2481-84.
11. LATINO COELHO, J. M. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 308.
12. ———. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 325-6.
13. ———. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 330.
14. ———. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 320, rodapé.
15. ———. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 331.
16. ———. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 347-8.
17. ———. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 353.
18. ———. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 353-9.
19. ———. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 355, rodapé.
- No Brasil, destacaram-se especialmente Donald Campbell e Filipe Hancorn, e em combate, na Corveta *Andorinha*, Crawford Duncan.
20. LEIVAS, Luís Claudio P. e SCAVARDA, Levy. *História da Intendência da Marinha*, v. 1.
21. LATINO COELHO, J. M. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 345-6.
22. MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 15.
23. LATINO COELHO, J. M. *História militar e política de Portugal*. . . v. 3, p. 94-8.
24. ———. *História militar e política de Portugal*. . . v. 2, p. 307-26, rodapés.
- Faziam-se de informantes oficiosos de Portugal em Paris Henrique Roberto Tomasini, Secretário do finado Embaixador, e José Antônio dos Santos Branco, funcionário da Legação.
25. MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 15.
- OLIVEIRA LIMA. *D. João VI no Brasil*. v. 1, p. 24.
- “O Comércio do Reino sofreu (de 1794 a 1801) prejuízo avaliado em mais de 900 milhões de francos, quase tudo em cargas vindas do Brasil.”
26. LATINO COELHO, J. M. *História militar e política de Portugal*. . . v. 3, p. 528.
27. FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 24-37 e 197.
28. ———. *O Conde de Linhares*. p. 32-3.
29. MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 15.
- WOODWARD, David. Britain and the Mediterranean. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 14, p. 2510.
30. WARNER, Oliver. Triumph at sea. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 14, p. 2504-7.
31. MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 16.
32. FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 33-6.
33. LEIVAS, Luís Claudio P. e SCAVARDA, Levy. *História da Intendência da Marinha*. v. 1, p. 251-98.
- Íntegra dos referidos documentos.
34. COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Carta para Antônio Januário do Vale, de 7 de janeiro de 1797. In: SÃO PAULO (Estado) ARQUIVO. *Documentos interessantes*. . . v. 89, p. 21-5.
35. FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 42.
36. ———. *O Conde de Linhares*. p. 49-70.
37. BRASIL. Marinha. Arquivo. *Coleção da Legislação Portuguesa*.
38. COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Representação de 21 de janeiro de 1800 ao Príncipe-Regente, pedindo revogação de decreto de 12 do mesmo mês e ano. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 241-50.
39. MACKESY, Piers. The Nile and After. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 15, p. 2535.
40. CELESTINO SOARES, J. P. *Quadros navais*. pt. 2, p. 180.
41. MACKESY, Piers. The Nile and After. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 15, p. 2538.
42. CELESTINO SOARES, J. P. *Quadros navais*. pt. 2, p. 180-1.
43. MACKESY, Piers. The Nile and After. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 15, p. 2538.
44. CELESTINO SOARES, J. P. *Quadros navais*. pt. 2, p. 181-2.
45. DUFFY, Christopher. Blunders on land. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 15, p. 2531.
46. CELESTINO SOARES, J. P. *Quadros navais*. pt. 2, p. 182-3.
47. MACKESY, Piers. The Nile and After. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 15, p. 2538-9.
48. CELESTINO SOARES, J. P. *Quadros navais*. pt. 2, p. 43-50.
- BRASIL. Marinha. Arquivo. *Coleção da Legislação Portuguesa*.
49. ———. *Coleção da Legislação Portuguesa*.
50. CELESTINO SOARES, J. P. *Quadros navais*. pt. 2, p. 178, 180-4.
51. SOUZA, Luís Pinto de. Carta de 4 de março de 1801 a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 252.
52. BRASIL. Marinha. Biblioteca. *Coleção da Legislação Portuguesa*.
53. MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 16-7.

54. OLIVEIRA LIMA, D. *João VI no Brasil*. v. 1, p. 16.
55. SOUZA, Luís Pinto de. Carta de 6 de janeiro de 1801 a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 251.
56. COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Carta de 14 de junho de 1801 ao Visconde de Anadia. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 197-201.
57. ———. Carta de 15 de novembro de 1803 ao Príncipe Regente. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 85, 265-8.
58. HICKS, Jim. The world turned down. In: *The British Empire*. v. 10, p. 274.
59. MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 17-8.
60. AZEVEDO, Antônio de Araújo de. Carta de 4 de abril de 1805 a Lord Mulgrave. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 268-71.
61. HOWARTH, David. Nelson at Trafalgar: triumph and tragedy. In: *The British Empire*. v. 15, p. 303-420.
62. MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*, p. 5.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 21-2.
63. MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*. p. 5.
64. CASTRO, D. João de Almeida de Melo de. Parecer de 21 de agosto de 1807 sobre a reunião do Conselho de Estado, de 19 do mesmo mês e ano, dirigido ao Príncipe Regente. In: MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*. p. 27.
65. MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 20-1.
- CHURCHILL, Winston. The Emperor of the French. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 6, cap. 1, p. 2582.
66. PORTUGAL, Conselho de Estado. Assento do Conselho de Estado do dia 26 de agosto de 1807. In: MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*. p. 21-2.
67. ———. Assento do Conselho de Estado do dia 2 de setembro de 1807. In: MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*, p. 30-1.
68. MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 20-1.
69. CREDENCIAL de 27 de setembro de 1807 a D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 273-4.
70. ANADIA, Visconde de. Carta de 29 de setembro de 1807 ao Príncipe Regente. In: MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*. p. 8, 37.
71. MELO MORAES. *Corografia histórica...* t. 1, pt. 2, p. 39.
72. MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*. p. 9-10.
73. CHAMPAGNY, Jean Paptiste Nompère de. Carta de 22 de outubro de 1807 a Fernando José Antônio Alves. In: PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, Príncipe e Rei*. v. 1, p. 162-3. (Parece ter sido recebida em Lisboa a 11/11/1807.)
74. AZEVEDO, Antônio de Araújo de. Carta de 8 de outubro de 1807 a D. Lourenço de Lima. In: PEREIRA, Ângelo. *D. João VI Príncipe e Rei*. v. 1, p. 169-70.
75. STRANGFORD, Visconde de. Nota de 11 de outubro de 1807 a Antônio de Araújo de Azevedo. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 278-80.
76. AZEVEDO, Antônio de Araújo de. Nota de 17 de outubro de 1807 ao Lorde Strangford. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 281-3.
77. ———. Carta de 19 de outubro de 1807 a D. Domingos de Sousa Coutinho. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 275-7.
78. GOMES, Pedro. Carta de 2 de novembro de 1807 ao Conde da Cunha. In: PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, Príncipe e Rei*. v. 1, p. 170-1.
79. ———. CONVENÇÃO de 22 de outubro de 1807. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 285-92.
80. MELO MORAES. *Corografia histórica...* t. 1, pt. 2, p. 50-1.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 34.
81. ———. *História do Império*. v. 1, p. 40-1.
- OLIVEIRA LIMA, D. *João VI no Brasil*. v. 1, p. 44.
82. MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*. p. 11, 65.
83. PORTUGAL, Conselho de Estado. Assento da reunião de 8 de novembro de 1807. 1807. In: MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*. p. 68-9.
84. AZEVEDO, Antônio de Araújo de. Observações feitas à Convenção de 22 de outubro de 1807. In: FUNCHAL, Marquês do. *O Conde de Linhares*. p. 292-99.
85. PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, Príncipe e Rei*. v. 1, p. 173-4.
86. MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*. p. 17.
87. PORTUGAL, Conselho de Estado. Assentos da reunião de 24 de novembro de 1807. In: MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*. p. 70-1.
88. VAGOS, Marquês de. Instrução de 25 de novembro de 1807 para o Conde Redondo. In: PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, Príncipe e Rei*. v. 1, p. 180.

89. BOITEUX, Henrique. O Chefe-de-Esquadra José Maria Dantas Pereira de Andrade. In: BRASIL. Marinha. Serviço de Documentação Geral. *Subsídios para a História Marítima do Brasil* v. 2, p. 315-31.
90. MARTINS FILHO, Eneas. *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*. p. 13-17.
91. CUNHA, Condessa da. Carta sem data ao Conde da Cunha. In: PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, Príncipe e Rei*. v. 1, p. 180, rodapé.
92. MELO MORAES. *Corografia histórica...* t. 1, pt. 2, p. 58-9.
93. VEIGA, João Pedro da. *Entrevista dada no Mendanha (Campo Grande, RJ) ao botânico Freire Allemão, em 27 de novembro de 1848*. Mss.
94. MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 43-4.
95. ———. *História do Império*. v. 1, p. 64.
96. MELO MORAES. *Corografia histórica...* t. 1, pt. 2, p. 58-9, rodapé.
97. MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. v. 1, p. 63-4.
98. LATINO COELHO, J. M. *História militar e política de Portugal...* v. 2, p. 354.